



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

de Lima Moreira, Orlandil; Tavares da Silva, Alexandre Magno; Margareth de Lima, Maria
Educação Integral, formação de educadores e universidade: desafios e possibilidades

EccoS Revista Científica, núm. 38, septiembre-diciembre, 2015, pp. 145-160

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71545304010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

EDUCAÇÃO INTEGRAL, FORMAÇÃO DE EDUCADORES E UNIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

INTEGRAL EDUCATION, TRAINING OF EDUCATORS AND UNIVERSITIES: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

Orlandil de Lima Moreira

Doutor em Ciências Sociais (Concentração em Política). Professor do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – Brasil.
orlandil@hotmail.com

Alexandre Magno Tavares da Silva

Doutor em Ciências da Educação/Pedagogia Social. Professor do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – Brasil.
alexandremagno.ufpb@gmail.com

Maria Margareth de Lima

Mestra em Educação. Professora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – Brasil.
margth.lima@gmail.com

RESUMO: O debate em torno da Educação Pública brasileira vem, nos últimos anos, incluindo novos personagens, cenários, inquietações, como também aspectos teórico-metodológicos. Diversas experiências estão em curso, principalmente nos Sistemas Municipais de Ensino, tanto nas áreas urbanas como no campo. Uma pluralidade de perfis, atores e processos organizativos tem sido desenvolvida, tendo como uma de suas características a ampliação da jornada escolar. Em 2007 uma nova iniciativa educacional foi criada pelo Ministério da Educação para reforçar e difundir a proposta de Educação Integral, a qual foi materializada pelo Programa Mais Educação. O presente artigo integra o debate sobre a Educação Integral e a formação de educadores desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba, através do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, tendo como referência as ações de formação desenvolvida nos últimos anos no campo da Educação Integral em sua interface com os direitos humanos. Neste trabalho buscamos refletir sobre os desafios que se colocam para a construção da educação integral, tendo como eixo de nossa reflexão o tema da formação de educadores/as. Mais do que nunca é necessária a criação de espaços formativos a fim de que os vários atores envolvidos nas escolas públicas populares possam tecer os rumos da educação brasileira. Defendemos que a universidade pública exerce um papel fundamental nessa trajetória.

PALAVRAS CHAVE: Educação Integral. Direitos Humanos. Formação de Educadores.

ABSTRACT: The debate surrounding Brazil's Public Education has been, in the last years, including new characters, scenarios, concerns, and also theoretical and methodological aspects. Several experiences are in course, especially in the Municipal Education System, both in the urban and rural areas. A plurality of profiles, actors and organizational

processes has been developed, having as one of its characteristics the extension of the school day. In 2007 a new educational initiative was created by the Education Ministry to reinforce and broadcast the proposition of Integral Education, which was materialized by the program Mais Educação. This article includes the debate about Integral Education and the training of educators developed by the Federal University of Paraíba, through the Center for Citizenship and Human Rights, having as reference the training actions developed in the last years in the field of Integral Education in its interface with human rights. In this paper we reflect about the challenges present for the construction of integral education, having as the axis of our thinking the theme of the training of educators. More than ever its necessary the creation of training spaces so that the various actors involved in popular public schools are able to weave the course of Brazilian public education. We argue that the public university plays a key role in this trend.

KEY WORDS: Integral Education, Human Rights, Training of Educators.

Introdução

O debate em torno da Educação Pública brasileira vem, nos últimos anos, incluindo novos personagens, cenários, inquietações, como também aspectos teórico-metodológicos; trata-se da Educação Integral, ora em processo de implantação através do Programa Mais Educação. O presente artigo integra o debate sobre a Educação Integral e a formação de educadores desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba, através do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – GT Cultura e Educação em Direitos Humanos. Tem como fonte principal os cursos, seminários, pesquisas e discussões junto aos/as professores/as e ao Comitê metropolitano de educação integral que envolve as cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo.

Diversas Experiências estão em curso, principalmente nos sistemas municipais de ensino, tanto nas áreas urbanas como no campo. Uma pluralidade de perfis, atores e processos organizativos tem sido desenvolvida, tendo como uma de suas características a ampliação da jornada escolar. Nesse contexto, algumas iniciativas têm ganhado destaque, a exemplo das experiências nos municípios de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, Belo Horizonte em Minas Gerais, Apucarana no Paraná, além de outros que compõem esse novo cenário da educação no Brasil (MOLL, 2012; SILVA, 2012; MACEDO et al, 2012; SILVA 2012).

Na história da educação brasileira, a educação integral possui algumas referências importantes, com destaque para as Escolas Parque, criadas pelo educador Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) em Salvador na Bahia

e em Brasília, assim como os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS) no Rio de Janeiro, criados no Governo de Leonel Brizola (1922-2004), por iniciativa do antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997). Outras iniciativas já foram identificadas em outros municípios brasileiros, reforçando, portanto, ensaios de mudança na perspectiva de sentir, pensar e agir em torno da educação escolar brasileira. Pesquisa coordenada pelo Ministério da Educação em 2008/2009 sobre a educação integral no Brasil revela essa realidade (MOLL, 2012, p.132). Em 2007 uma nova iniciativa educacional foi criada pelo Ministério da Educação para reforçar e difundir a proposta de Educação Integral, a qual foi materializada pelo Programa Mais Educação nos anos de 2008. O Programa iniciou em 1.380 escolas públicas localizadas em 25 Estados da federação e no Distrito federal. A cada ano foi se expandido, chegando ao ano de 2010 a 10.026 escolas em todo o Brasil (MOLL, 2012, p. 133-134).

Uma das iniciativas desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) foi a mobilização das universidades públicas para contribuir com o processo de formação dos educadores/as das escolas envolvidos/as com as ações do Programa Mais Educação. A partir desse convite, várias universidades elaboraram projetos de formação para a Educação Integral, seja no campo da extensão, com cursos de aperfeiçoamento, seja através de cursos de pós-graduação Lato Sensu (Especialização).

A partir da experiência vivenciada junto a esse Programa o presente artigo tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre as práticas de educação integral que vêm sendo desenvolvidas nas escolas públicas, tendo como foco de análise as experiências de formação de educadores/as impulsionadas pelas universidades junto ao Programa Mais Educação, os impasses e desafios dessa política indutora da educação integral desenvolvida nas escolas da região metropolitana de João Pessoa/PB.

Elementos históricos da educação integral

Na história da educação brasileira o tema da educação integral tem feito parte do debate educacional, em alguns momentos de forma mais forte, em outros de forma secundária e marginal, não fazendo parte da agenda política dos órgãos centrais responsáveis por essa política pública.

A educação integral enquanto concepção se insere num debate político e filosófico com uma trajetória histórica já bastante longa. Desde a Grécia com a concepção educacional voltada para a formação humana integral, passando pelos conservadores, liberais e socialistas, com concepções, cujas características têm especificidades que orientam suas práticas educacionais (COELHO, 2009).

A visão de educação integral aqui adotada aproxima-se da concepção libertária, a qual apresenta uma perspectiva de educação emancipadora, como destaca Coelho, (2009, p. 87-88), ao fazer a seguinte afirmação:

Não nos esqueçamos, no entanto, de que a concepção libertária de educação provém de um cunho altamente emancipatório, ou seja, todas as propostas sintetizadas até aqui objetivam a formação completa do homem, para que ele o seja, na plenitude *filosófico-social da expressão*. É assim que essa educação se faz concomitantemente sensitiva, intelectual, artística, esportiva, filosófica, profissional e obviamente, política (Grifo do autor).

Dessa forma, é possível afirmar que quando se pensa em termos de uma concepção de educação integral, é possível identificar uma visão emancipadora, sem descartar também a presença de visões conservadoras. No Brasil, esse debate pode ser evidenciado já no século XX, quando se presencia no debate educacional diferentes correntes políticas se expressando sobre a educação integral, com suas diferentes concepções teóricas e metodológicas. Segundo, Coelho (2009), nesse grupo estão os católicos, os integralistas, os anarquistas e os liberais.

É nesse contexto de um debate educacional efervescente que se colocou o educador Anísio Spínola Teixeira, com sua proposta de uma educação pública, laica e democrática, a qual se efetivou através da experiência de uma educação denominada de Educação Integral, sendo uma de suas ações frente à Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia (ALMEIDA, 2001). A contribuição desse educador foi e ainda é fundamental para a discussão sobre a educação integral no Brasil, tendo em vista a experiência histórica desenvolvida por ele nos anos 1950, com a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro em Salvador. Esse espaço previa o funcionamento da escola em tempo integral, nas Escolas Classe e nas

Escolas Parque. Espaços educativos onde as crianças e adolescentes passavam o dia, envolvidos em atividades educativas para uma formação integral. Experiência educativa que mais tarde, nos anos 60, Anísio Spínola Teixeira levou para o Distrito Federal, criando, mais uma vez, as Escolas Classe e as Escolas Parque, com a mesma perspectiva educacional, de desenvolver a escola de tempo integral, sendo que dessa vez estava sendo implantada no centro administrativo e político do Brasil, o que, segundo Pereira (2009, p. 43), tinha um significado simbólico para a educação.

É importante perceber que, mesmo que essa experiência não tenha ganhado uma maior robustez na história da educação brasileira, tendo sido interrompida enquanto uma política pública para a educação brasileira, ela tem servido de referencial para outras iniciativas no campo da educação integral.

Nos anos 1980, Darcy Ribeiro reacende esse debate sobre a educação integral, na tentativa de retomar a experiência educativa que Anísio Teixeira teria iniciado a partir dos anos 1930 (CHAGAS, et.al., 2012). Eleito vice-governador pelo Estado do Rio de Janeiro em 1982, foi possível para Darcy Ribeiro apresentar uma proposta educacional que contemplasse a educação integral, presente no I Programa Especial de Educação. Como afirma Chagas (2012, p.78) “Darcy Ribeiro tentava, assim, concretizar o ideal de escola em tempo integral, que há mais de meio século Anísio Teixeira sonhava implantar no Rio de Janeiro, Bahia e Brasília”.

É nesse contexto que nasce a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro. E, segundo Bomeny, (2009, p.114), a criação desses centros,

Foi, em seu desenho original, um esforço concentrado de Estado para levar o social para dentro da escola. Um Ciep conteria nele mesmo, em sua dinâmica interna, todos os aspectos de assistência social: educação, saúde, cultura, atendimento odontológico, reforço psicológico e assistência familiar.

Apesar da ausência de uma política pública de educação integral por parte do governo federal, experiências foram emergindo no Brasil por iniciativas dos sistemas estaduais e municipais de educação, como relata vários estudos já realizados analisando essas experiências. (MOLL, 2009, 2012).

A educação integral e o Programa Mais Educação

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, a possibilidade de ampliação da jornada escolar passa a ser parte do horizonte da educação pública brasileira, quando no seu art. 2º diz que, “O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”. Possibilidade que foi acrescida com o art. 87, parágrafo 5º quando afirma: “Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes de escolas públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral”. A pouca clareza e imprecisão dos referidos artigos, como bem analisou Giolo (2012, p.95), dificultou a materialização dos esforços para a ampliação da jornada escolar.

Essa mesma perspectiva foi reforçada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB), quando não contempla o acréscimo nos recursos para o custo de alunos em tempo integral, fixando um valor único para qualquer tipo de aluno, o que favoreceu a manutenção de uma jornada escolar limitada em quatro horas nos sistemas municipais e estaduais de ensino.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, traz para a agenda política educacional a necessidade de uma educação em tempo integral, quando propõe a ampliação da jornada escolar para no mínimo sete horas. Segundo Giolo (2012, 96), o plano pecou por não ter estabelecido metas e ações concretas para a sua materialização. Portanto, “continuou preso à ideia de uma implementação progressiva, sem definir metas e responsabilidades precisas”.

A emergência de uma ação concreta na direção de esforços materiais para a ampliação da jornada e a busca por uma escola de tempo integral só vão acontecer a partir da iniciativa do governo federal, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), quando contempla nos critérios de distribuição dos recursos valores diferenciados para as escolas que têm jornada escolar de tempo integral e as que têm jornada parcial. Segundo Giolo (2012, p. 96),

Agora, finalmente, pode-se dizer que há um aparato legal e um projeto de Estado, prevendo recursos para a educação integral, que podem chegar, indistintamente, a qualquer escola de educação básica, em todo território nacional.

É bem verdade que os recursos previstos ainda são insuficientes para uma mudança mais profunda na educação básica brasileira, assim como também, não é só a ampliação da jornada escolar que vai determinar a melhoria da educação pública, outros elementos se inserem nessa luta para alcançarmos uma educação de qualidade.

Portanto, é nesse novo contexto político, de busca por mudanças para a educação básica que se insere o Programa Mais Educação, colocando na pauta da política educacional brasileira uma agenda para a Educação Integral. Momento em que se começa a materialização de uma política de incentivo para que os sistemas estaduais e municipais de ensino ampliem a jornada escolar para no mínimo sete horas.

Uma primeira iniciativa nessa agenda da educação integral por parte do MEC foi a realização de um seminário na Universidade de Brasília, momento em que se reuniram experiências de educação integral em desenvolvimento no país, a exemplo dos municípios de Apucarana (PR), Belo Horizonte (BH), Nova Iguaçu (RJ), entre outros que, juntando-se a outras iniciativas desse porte, foram se constituindo em referências para o desenho do Programa Mais Educação. (MOLL, 2012)

A Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2001), institui o Programa Mais Educação, numa ação interministerial envolvendo os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura e do Esporte. Participando também dessa parceria o Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (PPDE/FNDE), com a tarefa de operacionalizar o financiamento das ações do Programa.

Em 2010, o Decreto nº 07 (Brasil, 2010) regulamenta a estratégia presente na portaria interministerial nº 17/2007, quando decreta em seu Art. 1º que,

O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo

de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escolas públicas, mediante oferta de educação básica em tempo integral.

Nesse novo contexto educacional de implementação de políticas públicas no campo da educação, o Programa Mais Educação tem como objetivo central desenvolver uma política indutora para a expansão da educação integral no Brasil. Inicialmente o programa foi coordenado pela Secretaria e Educação Continuada, Alfabetização e da Diversidade (SECAD) e atualmente encontra-se na Secretaria de Educação Básica (SEB). A partir desse momento, começa a se criar no Brasil uma política pública educacional voltada para a ampliação da jornada escolar.

A ação indutora do Programa junto às escolas públicas municipais e estaduais se concretizou a partir do incentivo à ampliação da jornada escolar e à elaboração de um conjunto de temas, os quais foram denominados de “macrocampos”. Portanto, as atividades educativas desenvolvidas pelas escolas foram organizadas a partir dos macrocampos fomentados pelo Programa, a saber: Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Inclusão digital, Prevenção e Promoção da Saúde, Educamunicação, Educação Científica e Educação Econômica e Cidadania. Cada escola optava por desenvolver até seis atividades que contemplassem até quatro macrocampos, sendo que o Acompanhamento Pedagógico seria obrigatório para todas as escolas, devendo desenvolver pelo menos uma atividade. Algumas mudanças já foram realizadas nos macrocampos, ficando com as seguintes denominações: Acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e Uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica.

As atividades educativas são realizadas no contraturno, ou seja, no turno oposto ao que o aluno está inicialmente matriculado. De acordo com a proposta metodológica; as atividades podem ser desenvolvidas através de oficinas, as quais poderão acontecer dentro das escolas ou em outros espaços existentes na comunidade do entorno da escola ou em outros espaços existentes no município, a exemplo de clubes, ginásios, Organizações não governamentais (ONGs), etc.(BRASIL, 2008). Como afirma Moll, (2012, p. 133).

Trata-se, portanto de ampliar o tempo de permanência na escola, garantir aprendizagens e reivindicar o modo de organização dos tempos, espaços e lógicas que presidem os processos escolares, superando o caráter discursivo e abstrato, predominantes nas práticas escolares.

Considerando esse desenho metodológico, o Programa Mais Educação apresenta como perspectiva se constituir numa estratégia de ampliação e articulação de saberes, de forma a proporcionar uma formação integral para as crianças, adolescentes e jovens, assim como uma reorganização do tempo escolar. Nesse sentido, aponta-se para uma ação educativa que contemple outros atores além dos já presentes na escola. Apresenta-se a ideia da relação da escola com a comunidade, no sentido de considerar outros saberes existentes no território onde se localiza a escola.

Do ponto de vista de sua estrutura pedagógica e organizativa nas escolas para o desenvolvimento das ações, cada escola deverá ter um professor, denominado de “professor comunitário” com a tarefa de coordenar as ações nas escolas, as quais serão realizadas com a colaboração de estudantes universitários, educadores populares e agentes culturais.

Outro aspecto no campo organizativo é a escolha de um interlocutor em cada secretaria de educação municipal ou estadual com a tarefa de coordenar as ações no conjunto das escolas participantes do Programa. Além da formação de comitês locais, regionais, metropolitanos e estaduais, no sentido de se constituir uma rede com diversos atores: interlocutores, professores, gestores, sociedade civil, universidades, etc. para fortalecimento e difusão da agenda da educação integral.

O Programa Mais Educação nas escolas da Paraíba: a contribuição da universidade na formação de educadores

A formação de educadores/as em Educação Integral apresenta-se como uma demanda para as Universidades públicas, a partir de convite do MEC para que essas instituições responsáveis pela formação de professores/as pudessem contribuir com essa nova tarefa no campo da edu-

cação. No ano seguinte, após o lançamento do Programa Mais Educação, o MEC; através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), mobilizou as universidades para colaborar com a formação dos atores envolvidos nas ações do Programa nas redes de ensino estadual e municipal, com o objetivo de fortalecer uma política que estava iniciando nas escolas públicas do País. (MAMEDE, 2012)

Na Paraíba, a primeira experiência de ampliação da jornada escolar, na perspectiva da Educação Integral tem início com o Programa Mais Educação, momento em que as primeiras escolas aderem ao referido Programa. As primeiras escolas públicas a iniciarem as ações do Programa Mais Educação estavam localizadas na região metropolitana de João Pessoa, composta pelos municípios de João Pessoa que é a capital do estado da Paraíba, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita. As escolas envolvidas inicialmente pertencem à rede estadual de educação e as redes municipais dos seus respectivos municípios. A partir da adesão ao Programa; as escolas passaram a desenvolver ações educativas no “contraturno”, ou seja, no turno oposto ao que o aluno está inicialmente matriculado. Ocorrendo assim, uma ampliação da jornada escolar, com a realização de atividades complementares à formação dos alunos.

As atividades educativas desenvolvidas pelas escolas foram organizadas a partir dos macrocampos fomentados pelo Programa. As atividades mais desenvolvidas pelas escolas estão nos campos da cultura e arte, esportes, educomunicação. Além do tema acompanhamento pedagógico o qual é obrigatório para todas as escolas.

Para colaborar no processo de formação dos educadores/as envolvidos/as nas ações do Programa no âmbito local, encontros e seminários já foram realizados no sentido de sensibilizar os professores e pesquisadores das universidades a desenvolverem ações de ensino, pesquisa e extensão no campo da Educação Integral. Atendendo ao convite feito pelo MEC, diversos projetos e programas de extensão estão sendo realizados pelas universidades públicas, assim como cursos de pós-graduação Lato Sensu, para a formação de especialistas, de modo a qualificar a ação dos educadores/as no campo da Educação Integral.

A universidade Federal da Paraíba, através do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, iniciou essa colaboração em 2009, a partir da participação em um Seminário em Brasília. Após essa inserção vem participando

dessa experiência de formação no campo da educação integral, tendo como eixo de sua colaboração a problemática da Educação em Direitos Humanos.

Com o intuito de contribuir no processo de formação e capacitação dos educadores, professores e gestores envolvidos com essa ação educativa, vem desenvolvendo uma ação que possibilite a esses sujeitos uma visão de Educação Integral na perspectiva de uma educação emancipadora, tendo como eixo articulador desse processo de formação a Educação em Direitos humanos.

Essa ação teve sua origem em uma especialização realizada pelo Núcleo de Cidadania em Direitos Humanos da UFPB sobre Educação em Direitos Humanos, oferecida aos professores e gestores de escolas públicas que participavam do Programa Escola Aberta. A partir dessa experiência, a UFPB deu continuidade a sua ação educativa, quando da convocação das universidades públicas pela coordenação do Programa Mais Educação.

A experiência que vem sendo desenvolvida junto aos educadores envolvidos na ação de Educação Integral tem possibilitado um aprendizado extraordinário, na medida em que se tem buscado construir esse novo momento da educação pública, mesmo que, muitas vezes, em condições pouco favoráveis. Nesse tempo, algumas ações foram realizadas, tendo como principal objetivo fomentar junto aos professores e gestores de escolas públicas envolvidas no Programa Mais Educação a discussão sobre a importância da proposta de Educação Integral difundida pelo referido Programa.

O processo de formação tem sido desenvolvido a partir da realização de cursos de extensão, seminários, além da participação no Comitê metropolitano de Educação Integral, o qual reúne diferentes atores institucionais: interlocutores do Programas Mais Educação junto às secretarias estadual e municipal de educação, representantes da universidade e outras instituições que porventura queiram participar. (BRASIL, 2008).

O primeiro curso de extensão foi realizado em 2009, tendo como tema central os Direitos Humanos no contexto da Educação Integral. A escolha do tema ocorreu em função de um dos macrocampos do Programa Mais Educação ser Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Participaram do curso professores comunitários, gestores e oficineiros.

Considerando a temática proposta para o Curso de Extensão, desejamos ao longo desse curso atingir o objetivo de criar condições a fim de que educadores e educadoras que atuam nas escolas públicas junto ao

programa Mais Educação (Gestores/as, Professores/as Comunitários/as e Oficineiros/as) possam atuar de forma coletiva, criativa, crítica e solidária na construção de uma Educação Integral.

Procuramos tomar o curso enquanto um processo formativo continuado que colabora no sentido dar conta da realidade de vida dos educandos e educandas, na implantação de uma Educação Integral nas escolas públicas, como também como ferramenta na construção de uma Educação Pública Democrática. Nesse sentido, busca-se um processo formativo que tome o Programa de Educação Integral a partir de uma ótica solidária, crítica, coletiva e criativa em que educadores/as, gestores/as, comunidade local, possam tornar o espaço escolar propício a realizar a pessoa capaz de utilizar inteligentemente os seus conhecimentos para fazer-se a si mesmo em seu mundo. E essa pessoa é a criança, o adolescente e o jovem das classes populares tomados enquanto sujeitos ativos do processo educativo.

Por isso entendemos que ao revelarem dentro dos espaços educativos escolares suas condições de pobreza, desejos, alegrias, conquistas, saberes, competências, etc. vão também despertando, cada vez mais, em um número significativo de educadores, educadoras, a necessidade de melhor conhecê-los [quem são? onde estão? como vivem? o que fazem? como fazem? por que fazem? o que querem? o que sabem...], influenciando positivamente na construção de um Projeto Político Pedagógico compromissado com educandos, educadores e comunidade local. Nesse sentido, pensamos que o Programa de Educação Integral seja este espaço privilegiado a fim de estabelecer um processo formativo voltado para as necessidades dos educandos, das educandas e da comunidade local.

Dentro do espaço escolar, é preciso ouvir as crianças, adolescentes e jovens; possibilitar-lhes a palavra, deixá-los falar do jeito que vivem e/ou sobrevivem, contarem suas histórias, dizerem como veem o mundo, como interagem e percebem a realidade, seja no campo ou na cidade. Eles têm seus anseios, esperanças e projetos e abrem pequenas “brechas” dentro do sistema sociopolítico, econômico e cultural, criando estratégias para que possam permanecer dentro da vida. Dentre essas estratégias, está a inserção nas atividades propostas no Programa Mais Educação, mas para isso é necessário que o processo formativo favoreça aos educadores e educadoras construírem e atuarem na formação de uma cidadania ativa.

Nesse contexto de formação/capacitação dos educadores e educadoras na perspectiva de fortalecer a ação das escolas no contexto da educação integral, entendemos que a socialização das experiências desenvolvidas em cada escola apresentam possibilidades de troca de saberes entre os/as educadores/as, na medida em que vão conhecendo o que e como cada escola está construindo os seu arranjos educativos para a implementação das atividades do Mais Educação/educação integral.

Com esse intuito, foram realizados dois seminários os quais possibilitaram a troca de saberes. Algumas escolas trouxeram e apresentaram relatos de suas práticas educativas, destacando nas ações as potencialidades da proposta do Programa Mais Educação para a construção e inserção de outros saberes na formação dos educandos. No evento, apresentaram os resultados das oficinas de rádios, direitos humanos e cidadania, arte e cultura, assim como as atividades esportivas. A partir dessas ações, outros espaços e tempos educativos estão se constituindo e se incorporando ao espaço escolar, possibilitando, assim, a ampliação da jornada escolar na perspectiva da educação integral.

Nessa mesma direção destacamos a contribuição da universidade na construção dos comitês de Educação Integral, com participação no comitê metropolitano, formado pelos interlocutores de cada secretaria de educação dos municípios que compõem a referida região e a interlocutora da secretaria estadual de educação.

A inserção da universidade nesse espaço tem possibilitado a troca de saberes e sua reflexão para a ação dos interlocutores nos seus respectivos municípios, na medida em que os relatos de como está se dando o processo de implementação do Programa Mais Educação em cada município, com características diferenciadas, vai ajudando a buscar superar os desafios que ainda são muitos, possibilitando o desenvolvimento de uma ação educativa na perspectiva da educação integral, não apenas como um projeto isolado, mas como parte do projeto pedagógico de cada escola.

Trata-se, portanto de uma contribuição ainda frágil, mas que tem provocado grande aprendizado, seja por parte dos professores envolvidos, seja pelos interlocutores do Programa Mais Educação. A participação nesse campo tem possibilitado poder contribuir no processo de qualificação da escola pública, trazendo para o debate a necessidade de um compromisso social com os sujeitos, na perspectiva de inserir nessa ação de educação

integral uma visão crítica, democrática e emancipadora, sendo os direitos humanos e a cidadania eixos orientadores na formação integral das crianças, adolescentes e jovens.

Algumas considerações, desafios e perspectivas

Neste trabalho buscamos refletir sobre os desafios que se colocam para a construção da educação integral, tendo como eixo de nossa reflexão o tema da formação de educadores/as nesse novo cenário da educação pública brasileira. Aspecto que aparece como sendo um dos elementos fundamentais para o enraizamento da proposta pelos atores sociais participantes da escola.

Diversas atividades nesse campo da formação vêm sendo realizadas pelo Brasil a fora, tendo as universidades desempenhado um papel importante nesse processo. No caso da Paraíba, além das atividades já realizadas, outras iniciativas já estão planejadas para iniciar, de forma a dar continuidade à ação de formação. Nesse sentido, está prevista a realização de um curso de pós-graduação Lato sensu, no grau de especialização com a temática da Educação Integral em Direitos Humanos; um curso de extensão de 60 horas com a temática Educação Integral Integrada, ambos os cursos destinados a professores comunitários, gestores de escolas públicas,icineiros além de outros atores envolvidos com a Educação integral nas escolas.

Nesse cenário de construção da educação integral, outros desafios estão postos, os quais também precisam ser enfrentados no sentido de se consolidar a educação integral enquanto uma política pública. Tarefa que demanda um esforço coletivo por partes do poder público e da sociedade, de modo a se constituir um movimento com a participação de diversos atores sociais, cada um com responsabilidades específicas.

Trata-se, portanto, de uma agenda que demanda várias iniciativas, seja no campo do financiamento, da formação dos educadores, do projeto político pedagógico, da construção de condições de trabalho adequadas aos/as professores e demais educadores, da pesquisa e produção de conhecimento no campo da educação integral, etc., no sentido de buscar novas formas de atuação que considerem a perspectiva da intersectorialidade das políticas públicas, e, dessa forma, universalizar a escola pública de tempo integral integrada.

Gostaríamos de destacar nessa jornada as perspectivas que percebemos no processo de implantação da educação integral nas escolas públicas, especialmente aqui na Paraíba. Essa perspectiva está diretamente relacionada ao papel que movimentos sociais populares, projetos comunitários, educadores populares... estão tendo no desejo de contribuir de forma propositiva aos rumos da educação escolar pública brasileira. Esses personagens vêm ao longo dos anos partilhando saberes e ensaiando alternativas no sentido de sentir, pensar e agir em torno de uma escola democrática, participativa, crítica e criativa. Mais do que nunca é necessária a criação de espaços a fim de que os vários personagens envolvidos nas escolas públicas e movimentos sociais populares possam tecer os rumos da educação brasileira. Defendemos que a universidade pública exerce um papel fundamental nessa trajetória.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Stela Borges. A escola parque da Liberdade, Bahia. IN MONARCHA, Carlos (Org.) Anísio Teixeira: a obra de uma vida. Rio de Janeiro, 2001.
- BOMENY, Helena. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. Em aberto, INEP, Brasília v. 22, n. 80, p. 109-120, abril de 2009.
- BRASIL, Portaria Normativa Interministerial de nº 7, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividade sócio-educativa no contraturno. Ministério da Educação, Brasília, 26 ABRIL DE 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Mais Educação: passo a passo. Brasília: MEC/SECAD, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Gestão intersetorial no território. (Série Mais Educação). Org. MOLL, J. Brasília: MEC/SECAD, 2009.
- BRASIL, Ministério da Educação. Educação Integral: texto-referência para o debate Nacional. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL, Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Presidência da República/Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/decreto. Acesso em 10 de maio de 2012.

CHAGAS, Marcos Antonio M. das, SILVA, Rosemaria J. Vieira, SOUZA, Silvio Claudio. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro: contribuições para o debate atual. IN MOLL et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 72-81.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. História da educação integral. Em aberto, INEP, Brasília v. 22, n. 80, p. 83-96, abril de 2009.

GIOLO, Jaime. Educação de tempo integral: resgatando elementos históricos e conceituais. IN MOLL et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p.94-105.

MACEDO Neuza Maria Santos et al. A experiência da escola integrada em Belo Horizonte (MG). (). IN MOLL et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p.413-423.

MAMEDE, Inez. A integração da universidade para a formação em educação integral: muitos desafios, várias possibilidades. IN MOLL et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 235-145.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral; compromisso para sua consolidação como política pública. (). IN MOLL et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 129-148.

_____. Um paradigma contemporâneo para a educação integral. . Pátio – Revista pedagógica. Ano XIII, n. 51, p.12-15, Ago/Out de 2009.

PEREIRA, Eva Waisros. Anísio Teixeira e a experiência de educação integral em Brasília. Pátio – Revista pedagógica. Ano XIII, n. 51, p.42-45, Ago/Out de 2009.

SILVA, Cláudio Aparecido. O arranjo educativo local: a experiência de Apucarana (PR). IN MOLL et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 368-379.

SILVA, Maria Antônia Goulart da. Diretrizes conceituais e metodológicas do Programa Bairro-Escola de Nova Iguaçu (RJ). (). IN MOLL et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 380-412.

Recebido em 29 maio 2012 / Aprovado em 10 ago. 2015

Para referenciar este texto

MOREIRA, O. L.; SILVA, A. M. T.; LIMA, M. M. Educação Integral, formação de educadores e universidade: desafios e possibilidades. *EccoS*, São Paulo, n. 38, p. 145-160, set./dez. 2015.